

Verba da educação deve dar prioridade ao ensino básico

O ensino de Primeiro Grau é o único considerado direito de todos. Partindo desse princípio, o Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Pedro Demo, quer que a Constituinte garanta prioridade ao ensino básico na destinação das verbas federais para a educação, de forma a assegurar vagas escolares para todas as crianças, inclusive custeando o pagamento de escolas privadas, através de bolsas.

De acordo com dados apresentados pelo Presidente do Inep, do orçamento do Ministério da Educação, 60 por cento são destinados às universidades e apenas dez por cento ao Primeiro Grau. Essa distribuição, segundo Pedro Demo, demonstra um

desequilíbrio muito grande, incompatível mesmo com a atual Constituição, que determina a obrigatoriedade e gratuidade do ensino primário.

— A universidade deve ter um estatuto próprio e conseguir outra fonte de renda, que não prejudique o Primeiro Grau — defendeu o Presidente do Inep, lembrando que não se pode exercer uma democracia sem dar recursos ao homem para exercer sua cidadania.

Pedro Demo acha que a atual Constituição tem que ser revista com idéias mais novas. Sugeriu que o tempo de obrigatoriedade escolar seja estendido de oito para dez anos — ou seja, passaria a ser obrigatório aos cinco anos de idade, e não aos

sete. Sugeriu também que os atuais 13 por cento do orçamento da nação destinados à educação — previstos pela Lei Calmon — sejam aumentados para 20 por cento a fim de atender a todas as necessidades educacionais do País.

Sobre a relação entre as escolas públicas e privadas, Pedro Demo acha estas duas modalidades de ensino contrastantes no Brasil. Isto porque, segundo ele, as escolas públicas tendem a ser de qualidade inferior, alcançando freqüentemente as populações de baixa renda. Quando, porém, uma escola pública consegue um bom nível, não é ocupada pela criança pobre, pois o acesso não é democrático. O privilegiado é sempre o de maior renda, afirmou.